

## AS GREVES NA EDUCAÇÃO EM GOIÁS: A LUTA CONTRA O SINDICATO

CLEIGINALDO PEREIRA SANTOS

Secretaria Municipal de Educação de Goiânia - S.M.E

(historia.temposeventos@gmail.com)

MARCOS AUGUSTO MARQUES ATAIDES - Universidade Estadual de Goiás – UEG –

UnUCSEH e Secretaria Municipal de Educação de Goiânia S.M.E - Goiânia

(Ataidesmarcos@gmail.com)

RENATO COELHO - Universidade Estadual de Goiás – UEG – UnU ESEFFEGO

(rcoelho93@yahoo.com.br)

**Resumo:** O presente artigo é fruto dos debates promovidos pelo grupo de estudos vinculado ao Núcleo de Pesquisa Marxista (NPM), que funciona na Unidade de Ciências Sócio Econômicas e Humanas (UnUCSEH) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). O grupo acima mencionado tem por objetivo promover debates e pesquisas sobre as temáticas marxistas, resgatando as obras dos marxistas conselhistas como Pannekoek, Tratemberg, entre outros. Os anos entre 2008 e 2010 foram marcados por greves na educação em Goiás, em um primeiro momento na rede estadual e no segundo na rede municipal de educação da capital, sendo sintomáticos, pois apresentaram processos nos quais o próprio sindicato agiu de forma a provar na prática a realidade existente nas concepções teóricas dos autores citados. A perspectiva metodológica adotada está alicerçada no materialismo histórico, enfocando as greves e a atuação dos sindicatos, e o enfrentamento dos trabalhadores em educação, através da sua organização em comando de greves e outros movimentos que serviram para contrapor a atuação sindical. Constatamos que a auto-organização é uma realidade, sendo possível a organização e a luta de trabalhadores sem sindicato.

**Palavras-chave:** Mundo do Trabalho. Educação. Sindicato. Greve.

### Os Trabalhadores na Educação e suas Greves

Os trabalhadores da educação no Brasil têm uma trajetória de luta em relação às questões pertinentes a educação pública e a própria valorização da sua carreira. Um dos principais instrumentos para essas reivindicações são as greves dessa categoria. De norte a sul do país, em todos os estados os trabalhadores em educação recorrem à greve como forma de pressão em relação ao Estado, no entanto, suas reivindicações na maioria das vezes não são atendidas ou quando são, ficam para os próximos governos que descumprem os compromissos firmados. Qual o motivo para que esse fato ocorra? O que leva as greves no setor da educação não terem força suficiente para pressionar o Estado em aceitar as

reivindicações? Para respondermos essas questões precisamos entender a conjuntura e o papel do Estado no capitalismo.

O Estado tem uma função associada a reprodução das relações sociais determinadas pela classe dominante, esse é um órgão essencial na manutenção dessas relações. Embora os teóricos do Estado creditem a ele a responsabilidade de administrar para o bem coletivo ou ser um instrumento para diminuir as desigualdades sociais, na realidade o Estado é um dos elementos que provoca a desordem e mantém a desigualdade como fator essencial na lógica do capitalismo. Na análise de Kropotkin (2000), Bakunin (2006) o Estado é uma representação do autoritarismo, um órgão criado para impedir a liberdade, e, somente com a sua aniquilação, juntamente com a ordem econômica capitalista é que será possível concebermos a liberdade na sua plenitude.

[...] Não hesito em dizer que o Estado é o mal, mas um mal historicamente necessário, tão necessário no passado quanto o será sua extinção completa, cedo ou tarde; tão necessário quanto foram a bestialidade primitiva e as divagações teológicas dos homens. O Estado absolutamente não é a sociedade, é apenas uma forma histórica tão brutal quanto abstrata. Nasceu historicamente, em todos os países, do casamento da violência, da rapina e do saque, isto é, da guerra e da conquista, com os deuses criados sucessivamente pela fantasia teológica das nações. Foi, desde sua origem e permanece ainda hoje, a sanção divina da força bruta e da iniquidade triunfante. (BAKUNIN 2006, p. 42-43)

O Estado, torna-se assim o “mediador dos conflitos” entre a classe trabalhadora e a burguesia, e na justiça instituição que garante a ordem do mesmo, que se desenrola os vereditos das lutas entre essas classes, na qual a burguesia tem no Estado seu aliado constante.

Esta concepção de Marx e Engels acerca do Estado é claramente explicitada em “O Manifesto do Partido Comunista”, no qual os citados autores afirmam que “(...) o Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios da classe burguesa como um todo”. (MARX; ENGELS, 1998).

Os trabalhadores em educação têm na figura do Estado o inimigo a ser batido, no entanto, esses são levados pelas “lideranças sindicais”, a acreditar que o inimigo é o governo que comanda o Estado. A distinção entre governo ligado a partidos e Estado como elementos

separados, torna-se essencial nessa perspectiva, outro fato é que a maioria dos sindicatos tem vínculos partidários, fazendo com que as decisões de atacar o governo e preservar a estrutura do Estado se tornem essenciais nessa prática.

Para Mendonça (2011), a questão dos sindicatos e o seu papel segundo Pannekoek, mostra claramente que a perda de combatividade dos sindicatos é algo previsto nas obras de Marx e mesmo Lênin, embora esse segundo tenha no sindicato uma visão ligada ao partido revolucionário.

Consequentemente, o que Marx e Lênin precisaram sobre o Estado deve valer também para as organizações sindicais, isto é, que apesar da democracia formal, sua organização impossibilita fazer delas um instrumento de revolução. A força contrarrevolucionária dos sindicatos não pode ser debilitada e destruída por uma mudança de pessoas, pela substituição de dirigentes sindicais ou “revolucionários” em lugar dos chefes reacionários. É justamente a forma desta organização que torna as massas pouco menos que impotentes e lhes impede de fazer dos sindicatos órgãos de sua vontade. A revolução somente pode vencer destruindo esta organização, transformando, por assim dizer, a forma da organização para fazer dela algo radicalmente novo: o sistema dos soviets. Sua instauração está em condições de extirpar e eliminar não apenas a burocracia estatal, mas também a do sindicato (PANNEKOEK, 2005 apud MENDONÇA 2011, p. 133).

Por essa postura, a mudança de um governo pelo outro pode “significar melhorias” para o conjunto dessa categoria, no entanto essa afirmação torna-se uma ilusão, tornando-se um elemento essencial na perpetuação das relações entre a burocracia sindical partidária e os burocratas do estado, que entram em acordo entre si para favorecer seus próprios interesses deixando as reivindicações da categoria como fator de barganha. Por exemplo, no final de uma greve, é a diretoria do sindicato que acaba com a própria greve, indiferente das decisões da categoria em uma assembléia, esse fato é comprovado nas greves em todo o país, bastando apenas acessar o *youtube*<sup>1</sup> e assistir os desfechos das greves em todo Brasil<sup>1</sup>. Um exemplo recente ocorreu durante a greve da educação municipal em Goiânia no ano de 2010, onde o

---

<sup>1</sup> Site de vídeos da internet (<http://www.youtube.com>)

Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO) acabou com a greve antes mesmo da votação pela assembléia da categoria.

Segundo Pannekoek (2007), o sindicalismo dentro do capitalismo é formado por um círculo vicioso, no qual a burocracia sindical é responsável em controlar a classe trabalhadora para que essa não avance nos processos de luta, e as greves não se tornem selvagens, ou seja, sem o controle do sindicato em busca da revolução.

[...] Os sindicatos são hoje organizações gigantes, cujo lugar é reconhecido pela sociedade. A sua posição está regulamentada pela lei: acordos que façam têm força legal para toda a indústria. Os seus chefes aspiram fazer parte do poder que determina as condições de trabalho. Formam um aparelho, graças ao qual o capitalismo monopolista impõe as suas condições à classe operária inteira. Para o capital, doravante todo-poderoso, é mais vantajoso disfarçar a sua hegemonia sob formas democráticas e Constitucionais, que mostra-la sob forma direta e brutal de ditadura. [...] Assim, as condições que vigoram hoje fizeram que, mais que nunca, os sindicatos se transformassem em órgãos de dominação do capitalismo monopolista sobre a classe operária. (PANNEKOEK, 2007, p.119-120)

Essa perspectiva vai ao encontro ao que Marx e Engels (1986) no seu texto sobre o sindicalismo já percebia em relação aos sindicatos europeus que simplesmente lutavam por remunerações salariais que não rompiam com a questão da abolição da exploração da mais valia, e a cada novo reajuste salarial, novas formas de intensificação da mais valia ocorriam nesse processo.

[...] Agora os sindicatos são instituições reconhecidas e sua ação é admitida como fator de regulamentação dos salários e da jornada de trabalho, como atesta a legislação fabril. (...) Além disso, as flutuações econômicas, pelo menos uma vez a cada dez anos, anulam tudo que havia conquistado com muita luta esta deve recomeçar desde o principio. É um ciclo vicioso. A classe operária continua sendo o que era e o que nossos predecessores cartistas não temiam chamar de uma classe de escravos assalariados. Esta deve ser sempre a aspiração

mais alta dos operários britânicos? Ou devem se esforçar, pelo menos por romper esse círculo infernal e fixar como objetivo de movimento a luta pela abolição do sistema assalariado? (MARX e ENGELS 1986 pag.40)

As perspectivas relatadas pelos referidos autores, não são exclusivas dos sindicatos da classe operária, mas sim de todos os trabalhadores. No setor da educação, o patrão e os sindicatos no formato de acordos que sempre frustram a base da categoria.

Segundo Engels (2010), as leis que reconhecem os sindicatos e o direito de greve, acabaram por criar uma limitação na luta dos operários, pois os sindicatos para serem reconhecidos como instituições representantes dos trabalhadores, aceitaram a imposição e regulação dos movimentos, já que na época da lei eram obrigados a comunicar o patrão da decisão da greve e essa só poderia ocorrer depois de 92 horas, esse fato mostra claramente que caberia o papel de controle dos dirigentes sindicais nesse processo de negociação direta com o patrão.

Por exemplo a lei da greve no Brasil prevê que os sindicatos devem informar com 48 horas de antecedência ao patrão, sobre a deflagração da greve, em que pese que essa lei seja para iniciativa privada, serve de modelo para o funcionalismo público, no entanto esse procedimento não significa garantia nenhuma da legalidade da greve por parte da justiça do Estado.

Para Pannekoek (2011) o sindicalismo tornou-se um dos principais inimigos da classe trabalhadora e do seu processo de emancipação, esse cita os exemplos dos sindicatos na Alemanha que durante as revoltas de 1919, aliaram-se ao *status quo* para reprimir os trabalhadores, além da Hungria que durante esse mesmo ano, teve um processo revolucionário desencadeado pelos trabalhadores, contrariando as determinações dos sindicatos.

As lutas sindicais em Goiás envolvendo o maior sindicato do estado, no caso o Sintego, refletem essa prática, um exemplo foi durante a greve de 2010 dos trabalhadores da rede municipal de Goiânia, que sofreram várias sabotagens por parte da direção sindical que não queria uma greve contra o governo da prefeitura de Goiânia, coligação partidária PMDB/PT, já que essa aliança era defendida durante a campanha para o governo do Estado contra o PSDB, perante a tal situação a categoria enfrentou a direção sindical.

[...] A ação direta é a ação dos próprios trabalhadores sem a mediação da burocracia sindical. Uma greve diz-se “selvagem” (ilegal ou não oficial) por oposição às greves desencadeadas pelos sindicalistas respeitando os regulamentos e as leis. Os trabalhadores sabem que a greve legal carece de efeito; os sindicalistas são forçados a desencadeá-la contra a sua vontade e sem que a tenham previsto, talvez pensando intimamente que uma derrota seria uma lição salutar para os presunçosos operários e sempre tentam pô-los fim o mais rapidamente possível. É por isso que a exasperação explode no meio dos grupos maiores ou menores, de operários e toma a forma de greve selvagem, desde que a opressão se torne muito forte ou negociações se arrastem sem resultados. ( PANNEKOEK 2011 p. 119)

As direções sindicais devem impedir formas de organização que questionem seu modo operante de agir. Na greve de 2010, da rede municipal de ensino, foi marcada pela rejeição da base da categoria em relação ao sindicato, as desconfiças em relação à prática desenvolvida pelo sindicato em relação aos trabalhadores, cresciam dentro da categoria e culminaram com a rebelião frente a direção sindical, inclusive realizando a primeira assembleia sem a direção sindical, a perspectiva da ação direta e de enfrentamento em relação as propostas da direção marcaram essa greve, mostrando claramente que é possível a auto-organização e greve sem sindicato.

Durante todo o desenrolar da greve foi nítida a postura de contrariedade dos dirigentes sindicais em estar em greve, tanto que estes não queriam convocar assembleia da categoria, foi a pressão da categoria que fez com que essa fosse realizada, e também durante a primeira assembleia foi a categoria que pressionou para o indicativo de greve, que acabaria acontecendo na assembleia seguinte, mas mesmo assim, o sindicato tentou esvaziar a própria

assembleia através de informes que a assembleia deveria ser constituída somente por representantes das escolas e não por toda a categoria. Com a greve deflagrada, a direção sindical, adotou formas de tentar acabar com a greve, centralizando as reuniões na sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no centro da cidade, resistindo as propostas de calendário, dificultando a organização dos comandos de greve. Entretanto, a cada ato realizado foi possível perceber por parte da categoria as posturas do sindicato, esse fato se repercutia nas assembleias, onde a direção sindical decidiu marcar uma assembleia por semana, a fim de acabar definitivamente com a greve, e reafirmando sempre que o corte de ponto seria executado se a greve não acabasse.

No entanto as posturas de vários professores(as) que assumiram a luta dentro dos comandos de greve divididos por regionais, fazendo ações decididas pela base, sem consultar a cúpula sindical, foram elementos que permitiram que a greve fosse conduzida pela categoria e não pelo sindicato.

Em que pese que no interior desses comandos as visões sindicalistas e autogestionárias (associadas a auto organização, e independência, além da crítica sobre os sindicatos), se confrontassem a cada instante, no entanto a cada tentativa do sindicato em acabar com a greve, os defensores do sindicalismo recuavam, fato esse essencial para a continuidade da greve, ao ponto do comando de greve, se tornar um dos interlocutores da greve, passando por cima das determinações do sindicato. No entanto, o mesmo sindicato, de forma leviana e autoritária, acabou encerrando com a greve, em uma assembleia onde a categoria não pôde votar, mas o comando de greve fez com que a greve permanecesse por uma semana a mais, encerrando a greve em uma assembleia auto-organizada, sem sindicato e numa tal forma de organização na qual a categoria assumiu a tarefa de criar e executar ações para pressionar o governante, de forma totalmente independente dos dirigentes sindicais, sendo um fator de surpresa para os burocratas acostumados em fazer greve de gaveta, ou seja, nos escritórios e palácios dos governantes.

Para o SINTEGO, assim como qualquer outro sindicato, o medo da perda do patrimônio ou o tempo que dura uma greve, pode significar diminuição dos seus recursos, que segundo a lógica do sindicalismo no capitalismo, esse deve gerir os recursos para ampliar seu próprio patrimônio e capital.

[...] Quando os dirigentes sindicais negociam com os patrões, já não estão em condições de arrancar grande coisa deles. Não ignorando o crescimento dos capitalistas e pouco interessados em combater-los – já que lutas deste tipo trazem o risco de arruinar financeiramente as organizações e comprometer sua própria existência - estão obrigados a aceitar as propostas patronais. A sua principal atividade consiste em acalmar o descontentamento dos operários e apresentar as ofertas dos empregadores sob os mais aspectos mais favoráveis. [...] E se os trabalhadores recusam estas ofertas e declaram greve, os chefes devem ou se opor a eles, ou então tolerar a luta na aparência, com intenção de fazê-la acabar o mais rápido possível. (PANNEKOEK 2011 pag.72)

Embora as colocações acima dizem respeito aos sindicatos privados, a lógica também se aplica no sindicalismo dos setores públicos. Outro exemplo, a greve de 2008, na rede estadual de educação em Goiás, foi uma das mais longas da história dessa categoria, durando cinquenta e oito dias, e o seu desfecho acabou de uma forma trágica. A direção sindical depois de trinta dias de greve, tentava acabar com a mesma, no entanto a categoria resistia bravamente, o que fez com que a greve continuasse por mais 28 dias após o início dos constantes boicotes e sabotagens sindicais contra a categoria de professores.

Porém, a maior sabotagem sindical foi não ter negociado com o governo sobre quais condições os trabalhadores voltariam ao trabalho após a greve, pois nessa perspectiva os professores tiveram seus salários cortados (corte de ponto), já que essa greve encerrou-se sem nenhuma garantia de não punição por parte do governo. Ressalta-se ainda que esta greve foi encerrada faltando apenas 2 dias para o pagamento dos trabalhadores, no entanto, os acordos entre o sindicato e o governo do Estado ratificaram a decisão do último em cortar o ponto dos grevistas, e esse fato já era de conhecimento dos diretores do sindicato. Para os dirigentes sindicais do SINTEGO o seu objetivo de desgastar o governo tinha se realizado, sendo assim

nada restou para categoria a não ser repor as aulas no mês de janeiro e amargar um prejuízo de dois meses de salários cortados, sendo esses recebidos somente após a reposição das aulas.

O sindicato assim mostrava a sua “força” perante a categoria, mostrando que o corte de ponto, ocorreu pela insistência da categoria em continuar com a greve, frente as advertências da direção sindical, o sentimento de indignação como esse fato cresceu nos professores da rede estadual, no entanto não foi suficiente para um rompimento tão intenso como ocorreu na rede municipal de Goiânia.

A atitude do Sintego em 2008, não foi um fato isolado, em todas as greves que ocorreram desde 1979, essa tem sido uma forma utilizada para demonstrar a “força e o controle” que a direção exerce em relação a categoria, onde as posturas combativas adotadas pelo sindicato variam conforme os interesses partidários que dominam essa estrutura. Por exemplo, em 2008 o desgaste em relação ao governo Alcides Rodrigues, favorecia a conjuntura das alianças entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), que por sua vez eram ligados ao sindicato.

Essa relação entre partido e sindicato, é fundamental para entendermos as constantes greves que ocorrem nesse setor, as motivações partidárias são os elementos que levam os burocratas sindicais a deflagrarem as greves.

É perceptível no meio sindical a presença de basicamente três concepções que dimensionam a relação entre partido e sindicato. A primeira situa o papel do sindicato como limitado à defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores em face do capitalismo e, necessariamente, desvinculado das organizações políticas. Na segunda, o sindicato é a expressão das diretrizes postas pelas normas partidárias e, assim, é o partido que exerce ações no interior do sindicato. Na última, é a central sindical que articula nas esfera política e ideológica as reivindicações, substituindo, pois, o partido. Essas concepções, o mais precisamente as duas últimas, estiveram implicitamente presentes quando da filiação da entidade representativa dos professores à CUT, bem como na institucionalização do Sintego. Apesar disso não foram suficientemente discutidas em muitos

segmentos da categoria, e, por conseguinte, o então a CPG<sup>2</sup>, correu o risco de assumir muito mais o papel de vanguarda do que de representante, já que, para representar a categoria ele deveria ser um espaço de informação e amadurecimento para o encaminhamento das decisões (Canezin, 2009 p. 266).

A análise feita pela referida autora acima representa uma postura em relação a creditar num papel ainda relevante ao sindicato, desde que esse aja de uma forma a “promover” o debate interno com a categoria, as concepções apresentadas não se diferenciam uma das outras como a autora coloca, mas sim exemplificam as faces que o sindicalismo pode utilizar para iludir com discursos pragmáticos os interesses da burocracia sindical/partidária.

Esse fato fica exemplificado pela greve de 2010, que tinha como uma de suas bandeiras a questão do Piso Salarial Nacional<sup>3</sup>, além do enquadramento dos auxiliares educacionais na prefeitura de Goiânia, onde o sindicato atuou de uma forma a não deflagrar a greve, procurando intimidar qualquer manifestação nesse sentido. Estes fatos ocorreram por causa da ligação dos burocratas sindicais com o Partido dos Trabalhadores, que nesse momento assumia através do vice- prefeito Paulo Garcia (PT) a administração da prefeitura de Goiania.

A presença do PT, na direção do Sintego remonta desde a sua fundação, tendo a corrente denominada Articulação Sindical, a mesma presente na direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), como sendo dentro do partido a corrente dominante, nessa perspectiva as estratégias de luta adotadas pelo sindicato, são sempre pautadas em não desgastar a imagem do partido, principalmente quando este, ocupa os governos.

---

<sup>2</sup> Centro de Professores de Goiás.

<sup>3</sup> Para Monlevade ( 2002) a questão do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), durante o governo de FHC, foi um dos elementos de desgaste do governo, pois os estudos realizados pelo autor mostram a possibilidade de efetivar esse PSPN em todo território nacional. Com o governo Lula o PSPN passou a ser uma lei 11.738, que regulava e “obrigava” os governos estaduais a pagarem o valor do piso, conforme suas jornadas de trabalho, no entanto a pressão dos governadores em cima do governo federal fez esse criar uma anomalia a criar índices de correção diferentes dos previstos pela lei, esses índices estão sendo julgados no tribunal Federal de Justiça, embora os resultados tenham sido favoráveis a maior parte dos estados e municípios brasileiros não cumpre essa lei, desencadeando uma onda de greves por parte da categoria de trabalhadores em educação.

Para Ataides (2005) as relações entre o PT/SINTEGO, são visíveis na representação dos seus presidentes que fazem ou fizeram parte do partido, a luta política desenvolvida pelo partido no estado de Goiás entre as décadas de 1980 e 1990, o PMDB, como o grande “inimigo”, ao ponto que na eleição de 1998, vários membros do partido e da direção sindical apoiaram o candidato do PSDB ao governo, por sua vez esse retribuiu esse apoio no segundo turno da eleição para prefeito de Goiânia em 2004, no qual o inimigo a ser batido era Iris Rezende Machado cacique do PMDB. Depois dessa eleição houve uma redefinição das forças, e o PT passou apoiar o PMDB e atacar o PSDB.

### **Lutar sem sindicato é possível, a auto organização é uma realidade**

Os exemplos da greve de 2010, na prefeitura de Goiânia e o que aconteceu com os professores da greve do estado em 2008, mostram que em um processo de luta as chamadas garantias evocadas pela organização sindical, não passam de ilusões, já que na luta concreta o enfrentamento e as conquistas são frutos da capacidade de resistência, da categoria através de ações diretas.

As questões pertinentes ao sindicalismo e aos autogestionários continuam se enfrentando nesse cenário, ao ponto que eclodiu uma greve em 2013, convocada pelo Comando de Luta movimento que surgiu depois da greve de 2010, em que pese que mais tarde, alguns membros do Comando de Luta, ligados a perspectiva sindical terem fundado um sindicato e tentarem pelas vias legais a regularização do mesmo. Por sua vez o Sintego entrou na justiça e conseguiu proibir a filiação dos trabalhadores a esse novo sindicato, já que o mesmo não possuiu a carta sindical. Logo, os membros do então recém criado SINSED (Sindicato Municipal dos Servidores da Educação de Goiânia), foram obrigados a evocar os princípios da auto-organização, e da possibilidade da greve sem sindicato

As greves em educação mostram o descaso que o Estado tem em relação à educação para a classe trabalhadora, os trabalhadores da educação, os alunos e suas famílias são as grandes vítimas desse processo. Embora o enfoque dessas greves sejam os salários e as péssimas condições de trabalho, os movimentos conduzidos pelos sindicatos levam sempre a categoria a depositar ilusões em relação a mudanças de governo dentro do estado, criando uma mistificação de que existirão governantes melhores que os outros, sem perceber que os

ganhos em um determinado mandato podem ser retirados em outros, conforme a conjuntura econômica e a capacidade de reação da categoria.<sup>4</sup>

---

## BIBLIOGRAFIA

ATAIDES, M. A. M. **SINTEGO: lutas, vitórias e derrotas na década neoliberal.**

Dissertação de Mestrado. Mestrado em Educação Goiânia. Universidade Católica de Goiás, 2005.

BAKUNIM, M.A. **O princípio do Estado e outros ensaios.** São Paulo: Hedra, 2008.

CANEZIN, M. T. **Sindicatos e Magistério: constituição e crise.** Goiânia: UFG, 2009.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.

KROPOTKIN, P. **O Estado e seu papel histórico.** São Paulo: Imaginário, 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. **Sindicalismo.** São Paulo: CHED, 1986.

MARX, K. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte.** São Paulo: Centauro, 2003.

\_\_\_\_\_. **A guerra Civil na França.** São Paulo: Global, 1986.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista.** In: REIS FILHO, D. A. **O manifesto comunista 150 anos depois.** Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MENDONÇA, J. C. **Além dos partidos e sindicatos: Organização política em Anton Pannekoek.** Rio de Janeiro, Achimé, 2011.

MONLEVADE, J.A.C. **Valorização Salarial dos Professores: o papel do piso salarial profissional nacional como instrumento de valorização professores de Educação Básica Pública.** Tese de doutorado. Faculdade de Educação. Campinas: UNICAMP, 2000.

PANNEKOEK, A. **Partidos, Sindicatos e Conselhos Operários.** Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

---

<sup>4</sup> Esse fato pode ser percebido na análise de Ataidés 2002, que enfoca a “mudança” na administração do governo de Goiás em 1998, com a eleição do governador Marconi Perillo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que permitiu a efetivação de concursos para professores bem como o plano de cargos e salários, já que durante a administração do PMDB, esse fato não ocorria. O referido autor afirma a alternância do poder na época como um fator positivo, sem perceber que sua análise é superficial, por não notar que as “conquistas” formavam um jogo político para a reeleição do mesmo, pois em 2010 o mesmo Marconi Perillo acaba com o plano de cargos e salários dos professores, intervindo inclusive na aposentadoria, já que suas medidas diminuíram o salários da categoria.

---

**A Revolução dos Trabalhadores.** Editora Barba Ruiva, 2007.